

Dimensões Eleitorais do Predomínio do PSDB em São Paulo (1994-2010)

Autor: **Danilo Cesar Fiore** – mestrando em Ciência Política (DCP/FFLCH/USP); daniolfiore@gmail.com

Trabalho preparado para apresentação no IV Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, de 07 a 11 de abril de 2014.

Resumo

Desde 1994, ininterruptamente o PSDB elege seus candidatos ao governo do Estado de São Paulo. Hegemonia político-partidária de tamanha duração – vitória em cinco eleições consecutivas – não foi alcançada por nenhum outro partido em pleitos estaduais na história democrática brasileira recente. Em um colégio eleitoral historicamente associado a quadros partidários e resultados das urnas “surpreendentes”, este período considerável levanta questões sobre a possível estabilização de bases sociais dos partidos competidores. Assim, o objetivo deste artigo é identificar variáveis dessa longevidade associadas ao comportamento eleitoral, a partir da análise conjunta dos padrões de votação no período com o perfil socioeconômico e demográfico dos municípios paulistas.

Por meio de revisão da literatura sobre o comportamento eleitoral no Estado de São Paulo e de análises estatísticas dos resultados eleitorais no período, buscar-se á verificar a pertinência de duas hipóteses ventiladas com regularidade na crônica política: a prevalência do PSDB no “interior do Estado” (categoria abrangente e, conforme buscaremos demonstrar, um tanto problemática) e em localidades de melhores indicadores socioeconômicos; e a força de seu principal adversário recente, o PT, nas grandes metrópoles (sobretudo na Grande São Paulo, onde teria se formado um “cinturão vermelho”) e em locais de menores índices de desenvolvimento.

Sumário

Introdução.....	3
Decifrando o Enigma: Comportamento Eleitoral em São Paulo.....	5
Panorama das Eleições no Período Recente	13
Análise de uma Hegemonia (1994-2010): Observação Sociodemográfica.....	17
Considerações Finais: Para uma Tentativa de Interpretação	18
Bibliografia.....	22
ANEXO I.....	25
ANEXO II	26

Introdução

Em uma declaração famosa nos anos 1990, o então Ministro das Comunicações do Governo Fernando Henrique Cardoso, Sérgio Mota (1940-1998), cunhou a célebre previsão de que o projeto de poder nacional do PSDB, inaugurado em 1994 sob os auspícios do Plano Real, teria a duração de vinte anos consecutivos. Ainda que no plano federal o vaticínio não tenha se concretizado, no Estado de São Paulo o PSDB logrou êxito semelhante: desde 1994, ininterruptamente elege seus candidatos para o cargo de governador do Estado.

As duas décadas de governo, que vão da eleição de Mario Covas¹ em 1994 até a última vitória do atual governador, Geraldo Alckmin, no pleito de 2010, se configuram como fato inédito na história política brasileira recente. Desde o período de redemocratização (que, nos pleitos estaduais brasileiros, inicia-se em 1982), poucos foram os casos de hegemonia em sufrágios estaduais tão duradouras² quanto a do PSDB no Estado de São Paulo. Mesmo em certos Estados com lideranças de vulto e grupos políticos de força regional expressiva, o feito de vencer cinco eleições consecutivas não foi conseguido até o momento³.

Assim, o objetivo deste artigo – oriundo de pesquisa em andamento pelo autor – é identificar variáveis dessa longevidade associadas ao comportamento eleitoral, a partir

¹ Vale destacar que André Franco Montoro (1982), Orestes Quércia (1986) e Luiz Antônio Fleury Filho (1990) foram eleitos pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), agremiação da qual o PSDB se formou a partir de uma dissidência em 1988 – sendo Montoro (1916-1999) inclusive um de seus fundadores e principais líderes. Figuras de destaque nos governos Quércia e Fleury, como o atual Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e o ex-governador Alberto Goldman (vice, assumiu em 2010), migraram posteriormente do PMDB para o PSDB. Ainda que fuja ao escopo do trabalho e que não se pretenda afirmar que a hegemonia eleitoral do mesmo grupo político já passa dos 30 anos, os legados históricos de continuidade merecem ao menos menção. Sobre pleitos paulistas anteriores a 1994, ver COSTA & FERRARI (1989). Sobre a fundação e o percurso inicial do PSDB, ver ROMA (2002).

² Todas as referências a resultados eleitorais nacionais foram extraídas do Repositório de Dados Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os resultados eleitorais do Estado de São Paulo a partir de 1994 foram obtidos junto à Base de Dados do Centro de Estudos da Metrópole (CEBRAP).

Destaque-se que a análise dos dados deteve-se nos partidos e, portanto, não leva em conta o caso de grupos políticos que se mantiveram no poder por mais de cinco mandatos a despeito de troca de legendas (são os casos do Maranhão e do Amazonas, por exemplo). Em termos estritamente partidários, há apenas o caso do Ceará, ainda assim *sui generis*: Tasso Jereissati (PSDB) foi eleito pelo PMDB em 1986, legenda da qual se desvinculou em 1988 para fundar o PSDB – esse elegeu os governadores desse Estado por outros quatro mandatos consecutivos (1991-2006).

³ Como exemplo, destaquem-se dois casos: O “carlismo”, grupo político do ex-senador Antonio Carlos Magalhães (1927-2007) ligado ao então PFL (atual DEM), elegeu quatro governadores consecutivos (1990 a 2002) na Bahia, sendo, contudo, derrotado em 2006. Já No Acre, o PT dos irmãos Jorge e Tião Vianna iniciou sua hegemonia eleitoral em 1998 e ocupa a cadeira do governador pela quarta vez consecutiva.

da análise dos votos no período relacionados ao perfil socioeconômico e demográfico dos municípios paulistas.

A partir de três eixos de análise – a saber, tamanho dos municípios, nível de desenvolvimento socioeconômico e taxa de urbanização –, pretende-se elaborar uma matriz de análise composta. Metodologia semelhante foi utilizada em outros trabalhos⁴ e dialoga com uma vasta linha de estudos políticos que relacionam padrões de votação com taxas de urbanização e desenvolvimento local.

Estado mais populoso do país, São Paulo tem sido ao longo dos anos objeto privilegiado de estudos de comportamento eleitoral. Além de maior colégio eleitoral (são mais de 31,5 milhões de eleitores, que correspondem a cerca de 22% do eleitorado nacional⁵), possui características de grande interesse do ponto de vista socioeconômico: concentra um terço⁶ do produto interno bruto nacional, pouco mais da metade da indústria de transformação brasileira (51,8%⁷) e possui grande diversidade regional – apenas como exemplo, destaque-se que 58 % da população do Estado São Paulo concentra-se em três regiões metropolitanas (Grande São Paulo, Campinas e Baixada Santista), totalizando 24,1 milhões de residentes. Ao mesmo tempo, 521 dos 645 municípios do Estado contam com menos de 50 mil habitantes⁸. Deste modo, o perfil sócio-demográfico heterogêneo de São Paulo propicia um campo rico de pesquisa de padrões eleitorais.

Em um colégio desta e magnitude e em que – como procurar-se-á demonstrar na próxima seção – os analistas sempre tentaram explicar as surpresas e idiosincrasias eleitorais, é curioso observar como um período prolongado de hegemonia eleitoral não é identificado como fenômeno surpreendente.

Mais de trinta anos após as primeiras eleições diretas para o governo do Estado, em 1982, ter-se-ia configurado um alinhamento eleitoral duradouro? Em um ambiente de livre competição democrática, teria o eleitorado paulista “decantado” em tendências

⁴ Ver NICOLAU & PEIXOTO (2007), HUNTER & POWER (2007) e MENEGHELLO & BIZARRO NETO (2012).

⁵ <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/consulta-quantitativo>. Dados relativos a novembro de 2013 (acesso em 14 de Dezembro de 2013).

⁶ ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2011/pdf/tab01.pdf. Dados relativos a 2011 (acesso em 14 de Dezembro de 2013).

⁷ <http://www.investe.sp.gov.br/por-que-sao-paulo/economia-diversificada/pib/>. Dados relativos a 2012 (acesso em 14 de Dezembro de 2013).

⁸ Elaboração própria, a partir de dados demográficos da Fundação SEADE.

minimamente identificáveis de preferência político-partidária? Ou, por outro lado, seria a prevalência duradoura de um partido um novo capítulo “fora da curva” da história política paulista?

Tentar responder a estas indagações é o objetivo deste trabalho, dividido em três seções para além desta introdução. Na primeira, é elaborado um panorama sobre a literatura do comportamento eleitoral em São Paulo, que continuamente intrigou analistas e, por sua importância, possibilitou a exploração de novos campos de investigação e avanço em termos teóricos. Ato contínuo, serão analisados os pleitos e resultados eleitorais do período em tela (1994 a 2010) para o governo do Estado. Por fim e como prospecção de futuros passos, são elaboradas algumas sugestões de interpretação para o predomínio eleitoral do PSDB em São Paulo.

Decifrando o Enigma: Comportamento Eleitoral em São Paulo

Primeiros Estudos: Classes Sociais no Regime de 1946

Os primeiros estudos sobre o comportamento eleitoral no Estado de São Paulo iniciam-se ainda na década de 1950. Fortemente influenciados pela sociologia política, enfatizam a relação entre o voto e a posição social (em termos, sobretudo, de classe) dos eleitores.

O trabalho pioneiro de Aziz Simão (1956) procura identificar a o padrão de votação dos bairros operários da capital nas eleições para prefeito de 1947 e 1953. Os dados levantados levam o autor a concluir que o então Partido Comunista Brasileiro (PCB) possuía bases eleitorais significativas nos estratos operários; porém, o fato de ter sido colocado na ilegalidade em 1947 teria deixado “órfãos” seus eleitores, o que tornou a aliança PTB-PSP (este último, o partido do líder Adhemar de Barros) o depositário destes eleitores. Interessante notar que Simão apresenta uma distinção entre os dois blocos (a saber, PCB e PTB/PSP), sendo o primeiro um voto operário “consciente” (de classe?) e o segundo uma escolha carismática-paternalista, oriunda sobretudo pela gratidão com relação à legislação trabalhista aprovada à época.

Vale destacar, neste ponto, dois fatores relevantes do panorama político paulista no Regime de 1946. Em primeiro lugar, a força de candidatos definidos como pouco ideológicos, sem bases partidárias sólidas e cuja força política repousava em forte conteúdo carismático – ou seja, a quintessência do que se convencionou denominar de

“populistas”⁹; em segundo, a fraqueza, nas eleições paulistas, dos partidos mais fortes no cenário nacional (a saber, PTB, UDN e PSD).

Com relação à força do populismo paulista, o principal teórico do conceito, Francisco Weffort (1965), analisou a eleição de 1962 (disputada entre Adhemar e Jânio e vencida pelo primeiro). O autor analisa uma eleição que, superficialmente, seria o confronto de dois líderes sem conteúdo ideológico algum, mera disputa de carisma e retórica. Analisando dados eleitorais, uma pesquisa em formato survey e a campanha dos dois candidatos, porém, Weffort encontrou bases sociais distintas de apoio a cada um. Adhemar vence no interior do Estado, enquanto Jânio obteve maior apoio nos aglomerados urbanos e nas regiões com maior quantidade de operários. Para Weffort, há formas de identificação distintas que possuem ambas um substrato de classe. Utilizando-se dos conceitos desenvolvidos por Weber sobre os tipos de dominação legítima e as categorias sociológicas clássicas de Marx, Weffort elabora uma dupla interpretação para os resultados.

O ademarismo seria formado primordialmente por pequenos proprietários e setores do lumpen. Estes estratos tenderiam ao conservadorismo pelo temor frente à ascensão de novos atores sociais e sua tendência à decadência com o avanço da modernização. O discurso patriarcal de Adhemar (uma liderança amorosa e segura em tempos de incerteza) se conectaria com o anseio por um Estado assistencial (ainda que discricionário), capaz de recuperar o passado idílico de outrora e aplacar o pessimismo destes segmentos.

Já os janistas seriam formados majoritariamente pelos setores assalariados em ascensão com a industrialização acelerada do Estado. Para estes, o discurso carismático de cunho individualista e a ênfase moralista (combate à corrupção) traduziria a escolha por um Estado justo e republicano, que não impedisse o progresso dos ascendentes. Assim, o eleitorado de Jânio teria um viés progressista e modernizador incipiente, ao passo que o de Adhemar seria entusiasta da “pré-modernidade”.

⁹ Uma frase sintetiza a visão negativa atribuída aos líderes ditos então “populistas”: “Evite por todos meios obrigar o povo a refletir. (...) Dê-lhe sempre razão. Prometa-lhe tudo o que ele pede e abrace-o o quanto puder (...)”. (WEFFORT; 1965, p. 42). A frase é de Plínio Barreto, quadro histórico da União Democrática Nacional (UDN), e foi proferida no contexto da derrota esmagadora de seu partido para o PSP de Adhemar de Barros na eleição para governador de São Paulo de 1947.

Resta ainda, porém, a questão da fraqueza dos grandes partidos nacionais em São Paulo – sobretudo do PTB, cuja base nos sindicatos e meios operários torna paradoxal a pequena presença no Estado mais industrializado da Federação. Já em períodos posteriores (anos 1970 e 1980), dois autores analisaram este aparente “oximoro”. Para Fernando Henrique Cardoso (1978), tal fraqueza seria fruto da própria luta interna do partido, cujo controle central pelas lideranças dependia da atrofia do diretório do maior e mais industrializado Estado. É por essa razão (a saber, a fraqueza do principal partido trabalhista e a fragmentação de outras agremiações menores de mesma linha), segundo Cardoso, que lideranças como Jânio Quadros conseguiram capitanear o voto das camadas populares.

Maria Vitória Benevides (1989) concorda em termos com Cardoso. Segundo a autora, se é fato que o Diretório Nacional do PTB intervinha constantemente na seção paulista e não movia grandes esforços para a consolidação do partido neste Estado, por outro há que se verificar se a dinâmica interna da legenda em São Paulo também não teria contribuído para sua fraqueza. Para a autora, o comportamento errático do partido em termos eleitorais (ao longo de todo o período, compôs alianças de todos os tipos: apoiou Adhemar em 1947, Jânio em 1954, Adhemar novamente em 1958 e a UDN – grande adversária no plano nacional, diga-se – em 1962) e sua ligação clientelística com sindicatos atrelados ao aparelho estatal impossibilitaram o enraizamento do partido como representante legítimo das classes populares.

Outras Abordagens em um Novo Sistema (bi)Partidário

O Golpe de 1964 significou o fim do Regime de 1946 e também do sistema partidário vigente, com a reconfiguração do quadro político a partir da clivagem bipartidária entre a Arena (o partido do Regime) e o MDB (o partido de oposição) a partir de 1966. Em um contexto de autoritarismo, censura, repressão armada a movimentos de resistência, tortura a dissidentes políticos e cassação de quadros importantes de oposição ao Regime, não causou estranheza a vitória acachapante da Arena no pleito de 1970¹⁰. Esperava-se, assim, que as eleições de 1974 repetissem a mesma escrita. A apuração dos resultados mostrou, porém, uma vitória expressiva do MDB. No caso de São Paulo, um quadro experiente da ARENA (o ex-governador

¹⁰ Dados tabulados por Kinzo (1988; p. 76) para a eleição de 1970 demonstram a supremacia da ARENA, que conquistou 48,6% dos votos totais para a Câmara dos Deputados em SP ante 16,7% do MDB.

Carvalho Pinto) teve fragorosa derrota ante um jovem político do MDB, Orestes Quércia (vitorioso com 73% dos votos válidos, ante 27% de Carvalho Pinto¹¹).

No trabalho já citado de Cardoso (*idem*), o autor identifica mais continuidade do que ruptura nesta vitória paulista da oposição. A extinção do sistema pluripartidário e a instauração do sistema bipartidário em 1966 não teriam significado uma reconfiguração completa do sistema político, uma vez que o partido de oposição ao regime (o MDB) manteve um expressivo apoio das camadas urbanas mais pobres da população por representar, ainda que maneira tênue, aspirações sociais e críticas ao regime vigente.

Por essa interpretação, a vitória da oposição em 1974 – inesperada à época devido ao controle da máquina pela situação e ao bom momento econômico do país – torna-se menos surpreendente. Assim, a votação robusta do MDB nas camadas populares seria prova da existência da relação, ainda que tênue, entre os partidos políticos e os estratos de classe.

Já Bolívar Lamounier (1980), ao analisar os pleitos de 1970 a 1978 na cidade de São Paulo, interpretou o crescimento eleitoral do MDB de maneira distinta, fruto da consolidação da imagem da sigla como o partido “do povo” ou “contra o governo”. Nesse sentido, o fato de que o partido não poderia assumir o governo (e, portanto, era incapaz de responder às demandas substantivas dos eleitores) era menos relevante do que sua capacidade de catalisar uma identificação partidária difusa entre diferentes setores da população (até mesmo nos estratos de menor escolaridade, comumente associados a um voto clientelístico ou personalista). Neste momento o MDB torna-se a “sigla mágica”, ao galvanizar o apoio dos setores populares menos por uma questão social ou de classe e mais pela identificação com o eleitorado menos escolarizado da população.

Ao analisar as eleições paulistas entre 1974 e 1986 (ou seja, já adentrando no momento posterior a reconfiguração do sistema partidário de 1979, quando o bipartidarismo dá lugar a um sistema multipartidário), Maria Teresa Sadek (1989) observou um processo de realinhamento eleitoral: o PMDB (ex-MDB), que tivera maior apoio nos municípios mais industrializados e urbanizados, passa por uma progressiva “interiorização”, com maior apoio nos pequenos municípios e decréscimo de votos na Grande São Paulo. A autora levanta as seguintes hipóteses para este fenômeno: os

¹¹ <http://www.seade.gov.br/produtos/moveleitoral/index.php> (acesso em 10 de Dezembro de 2013).

efeitos da competição pluripartidária; o fato do partido ter se tornado situação (no Estado e na União), o que muda a percepção do eleitorado sobre sua atuação; e a organização do partido no interior, já consolidada frente aos novos partidos.

Nova República, Nova Direita?

A longa transição democrática (que, em termos eleitorais, inicia-se com as eleições diretas para governador em 1982) traz em seu bojo a criação de um novo sistema partidário. Conforme mencionado, o MDB transforma-se em PMDB, a ARENA em PDS e novos partidos surgem em cena. À esquerda, o surgimento do PT traz para a arena eleitoral um novo competidor com discurso fortemente classista e coloca em questão a viabilidade popular da então “sigla mágica” peemedebista.

Para além da progressiva interiorização do PMDB (verificada já no pleito de 1982, conforme SADEK (idem)), os pleitos subsequentes das décadas de 1980 e 1990 demonstraram a viabilidade eleitoral da direita, representada sobremaneira pelo candidato Paulo Maluf (PDS)¹² – ora candidato a governador do Estado, ora a prefeito da capital. Neste cenário, a despeito da vitória na eleição da capital em 1988 com Luiza Erundina (em pleito apenas com primeiro turno, ressalte-se), o PT teve grandes dificuldades para colocar-se como competidor viável entre os estratos mais populares¹³.

Analisando os resultados das eleições municipais e estaduais na cidade de São Paulo nos anos de 1988 e 1990, Pierucci & Lima (1992) identificaram uma tendência de aumento do voto em Maluf em bairros de alta renda e escolaridade. O voto urbano “popular” de direita¹⁴ identificado em bairros como Vila Maria e Tatuapé, teria se mantido. O fenômeno novo seria o crescimento do voto em Maluf em bairros mais abastados e de alta escolaridade, como Jardim Paulista e Pinheiros, antes refratários ao

¹² Destaque-se já em 1985 a vitória também surpreendente de Jânio Quadros (PTB) sobre Fernando Henrique Cardoso (PMDB) na disputa para a prefeitura da capital.

¹³ Ao analisar os resultados das eleições de 1986, em que o PT ficou em um distante quarto lugar, Francisco Weffort (à época militante dos mais destacados do PT) cunhou uma expressão que sintetizava as dificuldades do partido à época: “êta provo pra gostar de patrão!”. (Folha de São Paulo, 10 de Setembro de 1986).

¹⁴ A presença de um voto urbano popular de direita é, nas palavras de Limongi & Mesquita (2008), “de difícil digestão”, tendo em vista as teorias clássicas de sociologia política que identificam urbanização e industrialização com aumento progressivo no voto em partidos de caráter reformista e/ou à esquerda. Sobre esta visão clássica da sociologia política aplicada ao caso brasileiro, ver SOARES (1973). André Singer (1999), a partir de pesquisas de survey, aponta que a clivagem ideológica no caso brasileiro se dá sobretudo em termos de ruptura ou manutenção da ordem. Setores populares menos organizados (não vinculados a sindicatos, por exemplo) temeriam a eclosão de conflitos sociais e tenderiam ao voto conservador (e mantenedor da ordem).

candidato. Para os autores, Maluf teria conseguido colocar-se como contraponto consistente ao PT, o que atraiu os setores de maior renda em uma nova configuração eleitoral mais classista / ideológica e menos de oposição frente ao regime autoritário.

Consolidação Democrática: Enfim a Estabilidade?

Nos anos 1990, a entrada de um novo partido em cena (o PSDB, oriundo de dissidência do PMDB) traz importantes implicações ao panorama eleitoral paulista. Em 1994, a vitória de Mario Covas inicia o longo predomínio sobre o qual este artigo se debruça. Se nos anos 1990 a disputa essencial foi com Paulo Maluf, ao longo da década de 2000 consolidou-se a polarização entre o PT e PSDB também em âmbito estadual - ainda que, nos dois últimos pleitos (2006 e 2010), os candidatos do PSDB tenham vencido em primeiro turno.

Simoni Jr. (2012) analisou os resultados eleitorais para o Estado de São Paulo nas eleições para cargos do Executivo nos anos de 1982 a 2008, com foco no período pós-94. O autor procurou demonstrar que as bases eleitorais dos partidos apresentaram grau elevado de estabilidade: os níveis altos de volatilidade encontrados em certos pleitos do período ocorreriam não tanto por instabilidades do eleitorado ou debilidades do sistema partidário, mas sim pelas estratégias dos partidos de lançarem ou não candidatos.

Com relação às eleições para governador, o autor identificou uma elevada coerência entre os pleitos no período. A partir de observações estatísticas, verificou que a proeminência do PT e do PSDB nas eleições recentes deve-se em parte à estratégia desses partidos de lançarem candidatos em todas as eleições.

Sobre o crescimento do PT em São Paulo, Davidian (2013) interpretou-o como fenômeno sobremaneira organizacional. Neste sentido, o crescimento do PT entre os estratos mais populares seria menos oriundo de possível realinhamento eleitoral ocorrido entre os pleitos de 2002 e 2006¹⁵ e mais fruto do paulatino espraiamento da agremiação no território (com o lançamento de diversas candidaturas e a organização de diretórios locais nos municípios¹⁶). Ao analisar resultados eleitorais do partido nas

¹⁵ Sobre a hipótese de realinhamento eleitoral ocorrida nas bases sociais do PT, ver Singer (2012).

¹⁶ Ainda sobre o aspecto da organização local, Bizarro Neto e Freitas (2011) elaboraram estudos estatísticos para verificar a relação entre a presença de diretórios municipais efetivamente instalados (ou seja, não em formato de “comissões provisórias”) e números de filiados. De acordo com os testes

últimas duas décadas, a autora sugere que já em 2002 o partido aumentara consideravelmente sua votação pelo interior do Estado.

Por fim, Meneghello e Bizarro (2012) traçam uma ampla análise do panorama eleitoral paulista após a redemocratização, focado sobretudo em bases regionais. Concluem os autores que a distribuição das preferências eleitorais no Estado possuem forte característica regional, derivada sobretudo das diferenças socioeconômicas. De um lado, município menores e eminentemente agrícolas tenderiam a apoiar partidos de cunho conservador, ao passo que partidos de esquerda (PT à frente) teriam maior apoio em regiões urbanas e industrializadas (ainda que, a partir de 2006, a votação do PT tenha iniciado processo de “espalhamento – nas palavras dos autores – pelo Estado). Tais constatações demonstrariam, assim, a presença de uma dinâmica centro-periferia no perfil eleitoral do Estado.

Um Breve Balanço

Nesta seção buscou-se apresentar um panorama sucinto da literatura sobre o comportamento eleitoral no Estado de São Paulo (sobretudo nas eleições para governador) em diferentes períodos. Vale encerrá-la com uma breve análise sobre tais interpretações, buscando encontrar elementos comuns ou padrões analíticos nas diferentes abordagens.

Primeiramente, vale repisar a característica “intrigante” que cerca os resultados eleitorais do Estado de São Paulo. No Regime de 1946, as grandes votações de lideranças consideradas “populistas” e a fraqueza dos grandes partidos do período (a trinca PSD, UDN e, sobretudo, o PTB, dado peso industrial do Estado); no Regime Militar, a votação esmagadora do MDB no pleito de 1974; nos anos 1980, já na transição democrática, a emergência (ou persistência) do voto em partidos e lideranças de direita (como Paulo Maluf), mesmo em setores populares.

Interessante notar ainda as diferentes abordagens de comportamento eleitoral¹⁷ subjacentes a estas interpretações. Se nos anos 1950 e 1960 prevaleciam estudos ancorados na sociologia política (ou seja, a conexão entre a fração de classe do eleitorado e suas escolhas político-partidárias), nos anos 1970 Lamounier (idem)

efetuados pelos autores, o efeito organizacional é menor em eleições majoritárias, mas ainda assim não é desprezível. Em eleições proporcionais, há forte correlação entre votação do partido e organização local.

¹⁷ Sobre as diferentes abordagens ou escolas, ver FIGUEIREDO (1991).

introduz a abordagem psicológica nos estudos eleitorais. Enfatiza-se, assim, menos classes e bases sociais e mais a absorção das informações político-partidários pelo eleitorado. Por essa razão, questões como escolaridade, inserção política e identidade partidária tornam-se mais relevantes, sob esta abordagem, para a compreensão dos sufrágios.

No período recente, diversos estudos têm por foco aspectos organizacionais e de competição do sistema político, influenciados por matriz de escolha racional do comportamento eleitoral. Enfatizam-se, assim, os aspectos institucionais do “mercado” político, em que a interação competitiva entre os agentes é o elemento fundamental para formação das expectativas dos eleitores.

Deste modo, é possível perceber que o caso paulista não passou imune pela mudança de prisma da própria ciência política brasileira. A ênfase da sociologia política de meados dos século XX paulatinamente cede espaço a análises influenciadas pela teoria da escolha racional, em que questões institucionais do sistema político-partidário tornam-se protagonistas na literatura.

Resta claro que esta divisão (a saber, abordagem sociológica – abordagem psicológica – abordagem econômica) encerra certo grau de arbitrariedade, além de uma distinção cronológica um tanto imprecisa. Nos anos 1980, por exemplo, análises como a de Antonio Flavio Pierucci (idem) centram-se na abordagem sociológica do fenômeno eleitoral, com novos elementos para além da interação de classes sociais (entram em cena também questões como religiosidade e valores morais do eleitorado). Já no período recente, conforme relatado, autores como Rachel Meneghello (idem) ressaltam a importância do aspecto regional (portanto, de bases sociais) para a dinâmica eleitoral.

De qualquer forma, vê-se que o “caso de São Paulo” ainda se configura como importante objeto de estudo – seja por sua importância em si (conforme mencionado na Introdução), seja pela sua relevância teórica no campo de estudos de comportamento eleitoral¹⁸.

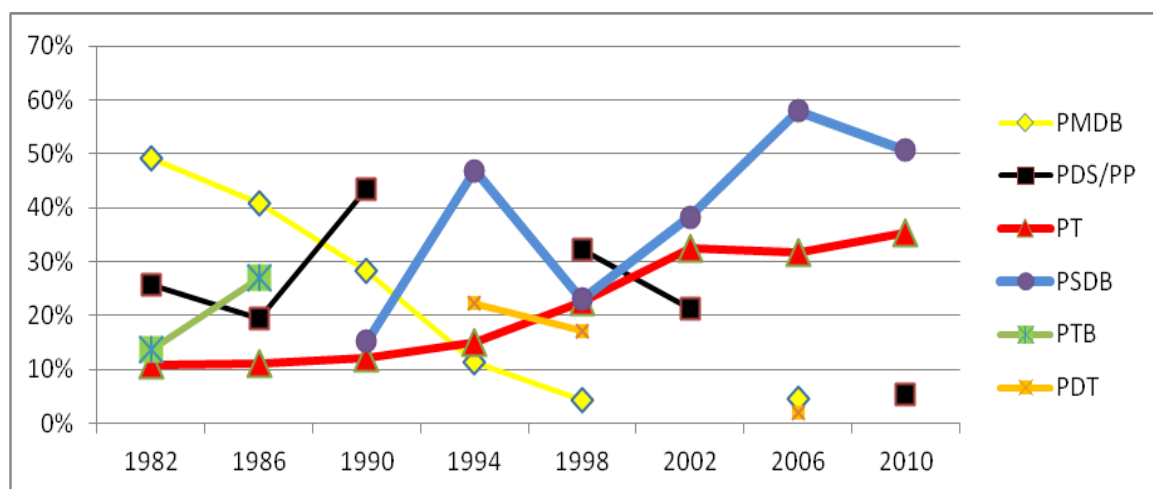
¹⁸ Em SEANWRIGHT & GERRING (2008) é apresentada uma tipologia de estudos de caso e as diferentes implicações metodológicas do processo de seleção. Baseado na tipologia dos autores (Idem; pp. 297-298) poder-se-ia dizer que o caso paulista configura-se tanto como um caso típico (dada sua relevância do ponto de vista da literatura) quanto um caso influente (pela importância significativa deste colégio eleitoral para o funcionamento do sistema político partidário brasileiro).

Panorama das Eleições no Período Recente

Feitas estas breves considerações sobre a literatura referente às disputas eleitorais para o Palácio dos Bandeirantes, nesta seção serão apresentados dados o histórico eleitoral recente do Estado. Do ponto de vista eleitoral, nos Estados a Nova República inicia-se já em 1982, com eleições gerais para governador, deputados (federalis e estaduais) e senador (uma vaga). Extinto o sistema bipartidário do período militar no final dos anos 1980, as eleições gerais de 1982 são o primeiro ato do sistema partidário em vigência. Assim, faremos um breve balanço dos resultados dos oito pleitos realizados ao longo de trinta anos. Em termos de referência, utilizamo-nos de trabalhos que se debruçaram sobre o mesmo período¹⁹ e centramos a análise, vale repisar, nos pleitos para o governo do Estado²⁰.

No gráfico 1 abaixo, é possível verificar a performance dos principais competidores ao longo do período nas eleições de primeiro turno:

Gráfico 1 - Performance dos Partidos nas Eleições para o Governo do Estado de São Paulo (% dos Votos Válidos) – 1º Turno



A observação dos resultados gerais acima permite algumas constatações as quais, ainda que um tanto óbvias, terão implicações importantes nas análises elaboradas adiante. Primeiramente, é digna de nota a decadência dos dois principais partidos oriundos do sistema bipartidário. PMDB (ex-MDB) e PDS/PP²¹ (ex-Arena), partidos de

¹⁹ MENEGHELLO & BIZARRO, SIMONI, DAVIDIAN (op. Cit). Os dados eleitorais foram obtidos juntos à Base de Dados do CEM/CEBRAP.

²⁰ No Anexo I deste trabalho encontra-se um quadro sintético com os resultados eleitorais para o governo do Estado desde 1982. No Gráfico apresentamos apenas os principais partidos competidores no período.

²¹ O então PDS, após a terceira troca de nome, é desde 2003 denominado Partido Progressista (PP).

força considerável nos anos 1980 e 1990, respectivamente, tornam-se paulatinamente coadjuvantes na corrida pelo Palácio dos Bandeirantes. Desde 2002, a eleição é polarizada pelas duas forças que, desde 1994, polarizam também os pleitos em nível nacional: PT e PSDB.

Os resultados gerais, porém, não permitem uma análise detida deste panorama. Uma visada na distribuição regional de voto, ainda que parcial e também agregada, pode dar pistas interessantes sobre o cenário paulista.

É comum encontrarmos no noticiário e nos discursos político-partidários a menção a uma possível polarização “campo-cidade” entre PT e PSDB. Alimentada, talvez, pelo perfil político do atual governador - ex-prefeito da cidade de Pindamonhangaba e que constantemente aciona fórmulas discursivas vinculadas ao mundo rural²² -, seja pelo número considerável de prefeituras da Grande São Paulo conquistadas recentemente pelo PT, passou a ser lugar comum a dicotômica expressão de que “o PT é forte na Grande São Paulo, o PSDB é forte no Interior”²³. Até mesmo institutos de pesquisa (como o DataFolha) passaram a adotar esta clivagem na divulgação de pesquisas²⁴.

Com relação a esta expressão, é possível levantar algumas objeções. A primeira é de ordem aritmética: dado que a Grande São Paulo possui metade dos votos do Estado, seria de se esperar uma disputa mais equilibrada entre os partidos nas urnas— o que não se configurou no período recente, com duas vitórias em 1º turno do PSDB.

A segunda é de ordem conceitual. A Grande São Paulo, por si, é amostra diversa de localidades, que congrega periferias com altos índices de vulnerabilidade social com regiões de poder aquisitivo elevado. Parece ainda menos precisa, porém, a categoria

²² A título de exemplo, dois destaques: a sempre presente referência à política como “arte de amassar barro” (<http://www.estadao.com.br/arquivo/nacional/2002/not20021030p57012.htm>) e a crítica à política de policiamento de fronteiras do governo Federal, nos termos de que “São Paulo produz laranja, produz cana, soja. Não produz cocaína”. <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,alckmin-reage-sao-paulo-nao-produz-cocaína,824037,0.htm>

²³ Veja-se, por exemplo, uma reportagem acerca da estratégia reeleitoral do atual mandatário: “(...) Geraldo Alckmin (PSDB) mudou sua estratégia de comunicação e ampliou sua exposição no interior do Estado, *seu principal reduto eleitoral*”. (Folha de São Paulo, 29 de Abril de 2013; grifo do autor). Ou ainda uma entrevista com o presidente do Diretório Estadual do PT, Emidio de Souza, ao Portal Veja (disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/nao-enxergamos-haddad-como-cabo-eleitoral>), cujos questionamentos centraram-se nas dificuldades de seu partido no “interior” do Estado.

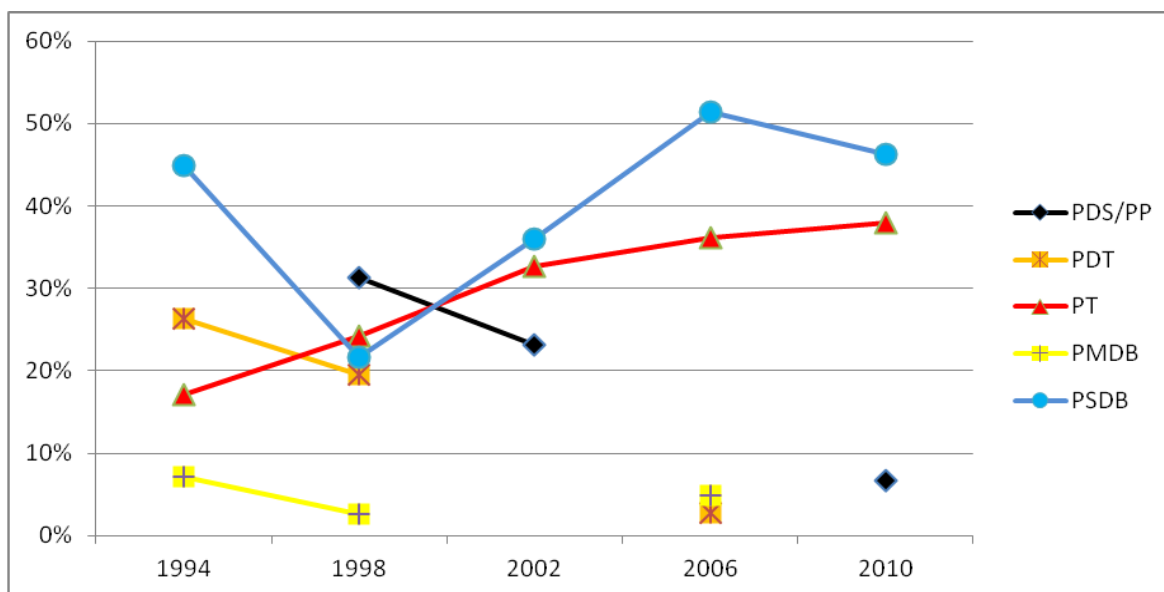
²⁴ DATAFOLHA (2013).

interior – que parecia municípios como Santos (localizado no litoral, diga-se), Ribeirão Preto e Campinas a pequenas cidades como Borá e Nova Guataporanga.

Desta forma, sugere-se um quadro sintético de votações – também agregadas – com uma nova divisão. Mantém-se a Grande São Paulo como unidade de análise, mas o “interior” é dividido em duas categorias: pequenos municípios (até 50 mil habitantes) e grandes municípios (acima de 50 mil habitantes). A distribuição total de votos nestas categorias é, aproximadamente, na seguinte conformidade: metade dos votos na grande São Paulo, um terço nos grandes municípios e um sexto nos pequenos²⁵.

A análise de votos totais para a Grande São Paulo, conforme o Gráfico 2 abaixo é, em si, reveladora: se é fato que o crescimento do PT é constante na região (onde mais aproxima-se de seu adversário), apenas em um pleito (1998) conseguiu vencer o PSDB. Vê-se, assim, que o “cinturão vermelho”, se existe, não é capaz de suplantar o predomínio azul na maior metrópole do Estado.

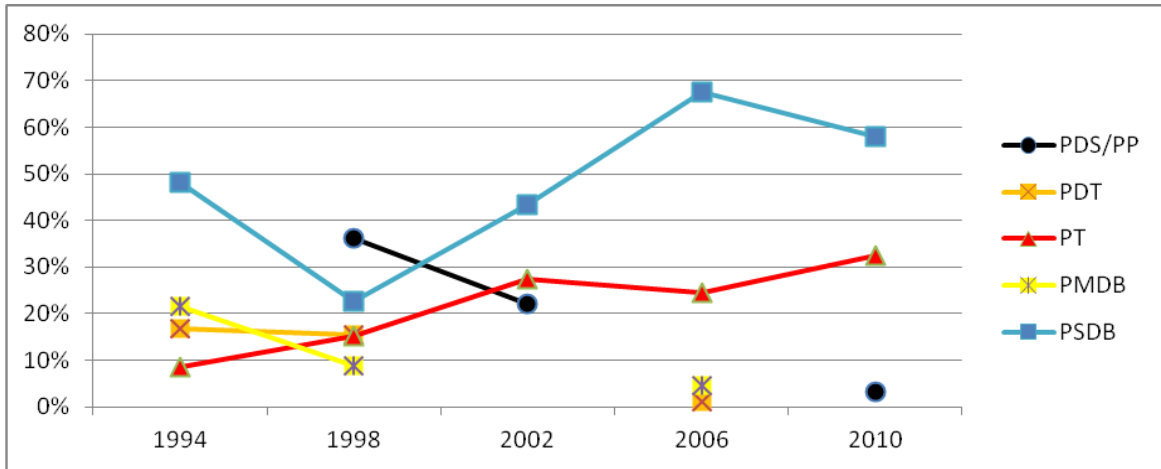
Gráfico 2 - Performance dos Partidos nas Eleições para o Governo do Estado de São Paulo na Grande São Paulo (% dos Votos Válidos) – 1º Turno



Nos pequenos municípios (Gráfico 3), de fato o predomínio do PSDB é significativo. Porém, é possível observar que o PT também tem trajetória ascendente nestas localidades e, na última eleição, teve percentual de votos que não diferiu muito de sua performance geral no Estado: cerca de um terço das preferências.

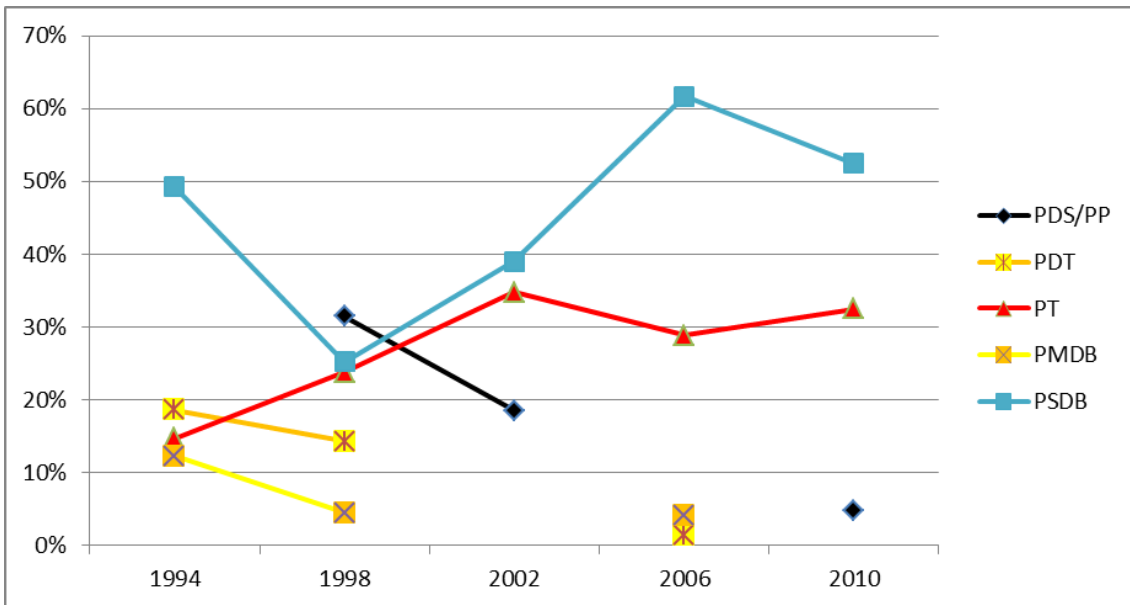
²⁵ Fonte: Base de Dados Eleitorais CEM/CEBRAP.

Gráfico 3 - Performance dos Partidos nas Eleições para o Governo do Estado de São Paulo nos Pequenos Municípios (% dos Votos Válidos) – 1º Turno



Também nos grandes municípios externos à Grande São Paulo não há padrão distinto ou de grande diferença em torno da distribuição de votos, conforme o Gráfico 4 abaixo:

Gráfico 4 - Performance dos Partidos nas Eleições para o Governo do Estado de São Paulo nos Grandes Municípios, exceto Grande São Paulo (% dos Votos Válidos) – 1º Turno



Feitas estas breves análises de ordem geral, serão estimadas as distribuições de votos municipais conjungadas a indicadores socioeconômicos e demográficos.

Análise de uma Hegemonia (1994-2010): Observação Sociodemográfica

De forma a observar possíveis interações de fatores socioeconômicos e demográficos com o padrão de votação no Estado de São Paulo, foram correlacionadas a votação dos dois principais competidores do período, PT e PSDB, com uma cesta de indicadores²⁶. O objetivo é observar indícios da presença de bases sociais distintas entre os oponentes.

Os dados seguem nos quadros 1 e 2 abaixo:

Quadro 1 – Correlação entre Votações por município para governador no PSDB (1º Turno) e Indicadores Sociodemográficos

		Ano	1994	1998	2002	2006	2010
Indicador	Taxa de Urbanização		0,108	0,099	0,103	0,111	0,107
	Taxa de Analfabetismo		-0,161	-0,149	-0,163	-0,172	-0,166
	Taxa de Mortalidade Infantil		*	*	*	*	*
	Taxa de Esgoto		*	*	*	*	*
* Valores não significativos (p>0,05)							

Quadro 2 – Correlação entre Votações por município para governador no PT (1º Turno) e Indicadores Sociodemográficos

		Ano	1994	1998	2002	2006	2010
Indicador	Taxa de Urbanização		0,13	0,12	0,122	0,107	0,11
	Taxa de Analfabetismo		-0,189	-0,173	-0,184	-0,157	-0,16
	Taxa de Mortalidade Infantil		*	*	*	*	*
	Taxa de Esgoto		*	*	*	*	*
* Valores não significativos (p>0,05)							

Como se pode deprender dos quadros acima, o padrão de votação dos dois partidos parece não diferir significativamente em termos de bases sociais e demográficas. Se é certa a necessidade de elaboração de modelos estatísticos mais robustos para análise dos padrões de votação (etapa subsequente da pesquisa em desenvolvimento pelo autor), a semelhança entre os resultados alcançados para os dois partidos selecionados dá indícios de um perfil menos heterogêneo do ponto de vista de bases eleitorais.

²⁶ Ver, no Anexo II deste Trabalho, uma descrição das variáveis e indicadores e a fonte das mesmas.

Considerações Finais: Para uma Tentativa de Interpretação

Nas seções anteriores, apresentamos um quadro sintético dos padrões de votação no Estado de São Paulo. Em resumo, o predomínio do PSDB, que se estabelece desde 1994, é extensível a todo o Estado – portanto, não apenas no “interior”, mas também na Grande São Paulo (ainda que, neste caso, a liderança é menos folgada). Em termos de bases eleitorais, ainda não foi possível encontrar indícios de um padrão de distribuição de votos sociodemográfico identificável para o partido hegemônico e seu principal concorrente. O desenvolvimento posterior de estudos e análises estatísticas de maior capacidade preditiva poderão apontar elementos mais claros de clivagem sociodemográfica.

Para fins de conclusão, pretende-se elaborar possíveis interpretações para este cenário, que poderão ser aprofundadas ao longo da pesquisa. Dado que o objeto de análise circunscreve-se à hegemonia de um partido específico (o PSDB), é interessante buscarmos compreender como coube a esta agremiação atingir o nível de predomínio descrito anteriormente.

Um primeiro elemento, já mencionado na introdução deste trabalho, refere-se à decadência eleitoral do PMDB e do PDS/PP ao longo das décadas de 1980 e 1990. Com efeito, a “sigla mágica” peemedebista e o “malufismo” (rival tanto do PT quando do PSDB em eleições na capital e no Estado ao longo do período) perderam o protagonismo eleitoral e tornaram-se coadjuvantes na disputa²⁷. Também conforme já mencionado, a dissidência do PSDB em relação ao PMDB pode ter causado estragos tanto do ponto de vista eleitoral (pela ocupação do espectro ideológico) quanto organizacional (pela migração de lideranças, militantes e diretórios). Em outras palavras, o PSDB teria suplantado seu partido de origem em diferentes aspectos²⁸.

Além disso, a decadência destes partidos parece ter aberto um espaço considerável no campo da “centro-direita” em um contexto de bipolarização eleitoral. O

²⁷ Foge ao escopo deste trabalho a análise da decadência de ambos os partidos. Apenas a título de hipótese, lembre-se apenas que ambos foram controlados por lideranças de grande vulto, Orestes Quércia (PMDB) e Paulo Maluf (PDS/PP) – que praticamente monopolizaram as candidaturas e o controle das estratégias eleitorais e partidárias destas agremiações no período recente. Há uma ampla corrente de estudos em ciência política acerca da tendência de oligarquização de partidos e insulamento de lideranças partidárias – o que poderia chocar-se até mesmo com a própria capacidade de renovação e sobrevivência política do partido. Ver, a este respeito, MICHELS (1982) e WEBER (2011).

²⁸ Meneghello & Bizarro (op. Cit) corroboram esta hipótese ao analisar a migração partidária no período 1986-1996. De acordo com os dados coletados pelos autores, o PSDB é o partido que mais absorve candidaturas de quadros originados no PMDB.

quadro 1 abaixo apresenta as votações dos primeiros colocados de cada eleição desde 1990, quando houve o segundo turno pela primeira vez. Observa-se que em todos os pleitos até 2002 houve segundo turno, e a votação somada dos dois primeiros colocados chegou, no máximo, a 70% do total de votos válidos. Não causa surpresa, assim, que nos dois últimos pleitos – quando a votação somada de ambos os candidatos atingiu quase 90% do total de votos – não tenha havido a segunda rodada eleitoral. A hipótese, portanto, é de que o PSDB teria absorvido o “espólio” destes partidos decadentes.

Quadro 3 - Votação Somada dos dois primeiros colocados no primeiro turno em SP (1990-2010)

Eleição	%	Primeiras posições		2º Turno?
		1º	2º	
1990	71,68%	PDS/PP	PMDB	SIM
1994	69,07%	PSDB	PDT	SIM
1998	55,16%	PDS/PP	PSDB	SIM
2002	70,72%	PSDB	PT	SIM
2006	89,60%	PSDB	PT	NÃO
2010	85,86%	PSDB	PT	NÃO

Fonte: CEM / CEBRAP (elaboração do autor)

Uma questão relevante é a prevalência de líderes de destaque do PSDB nas eleições em São Paulo. Se consideradas as eleições da cidade de São Paulo (dado o peso político da capital), o partido tucano contou com a mesma tríade de candidatos desde 1988 (ano de sua fundação): Mario Covas, Geraldo Alckmin e José Serra. Destaque-se ainda que os três foram candidatos a presidente da República, fator este que não deve ser desprezado – ainda que de difícil mensuração – para a sedimentação do conhecimento e da preferência dos eleitores. Limongi e Mesquita (2008), por exemplo, apontam que a recorrência de Paulo Maluf (PDS/PP) nas candidaturas a cargos executivos (Estado e capital) ao longo dos anos 1980 e 1990 não seria apenas um vezo de personalidade obstinada do candidato, mas sim uma estratégia coerente de ocupação de campo político-eleitoral. Não seria esta, de modo análogo, a estratégia do PSDB ao lançar sempre candidatos (frise-se: os mesmos candidatos) em todas as eleições do período²⁹?

²⁹ Neste aspecto, cabe breve apontamento. O atual governador Geraldo Alckmin, se não é comumente reconhecido pelas habilidades carismáticas, possui indubitável talento político-eleitoral: se reeleito no pleito de outubro deste ano, completará mais de uma década à frente do maior Estado da Federação e

Um outro aspecto a ser considerado é a influência da polarização nacional na configuração eleitoral do Estado, que pode ser compreendida tanto na chave institucional-organizacional³⁰ como sociopolítica³¹. Por um lado, a polarização entre PSDB e PT parece estar consolidada no Estado de São Paulo e o custo de entrada para novos atores adentrarem a competição parece considerável – vejam-se os casos de Paulo Skaff (então no PSB) e Celso Russomano (PP) na última eleição, por exemplo. Já em termos sociopolíticos, o Estado de São Paulo possui características específicas em relação ao resto do Brasil, como por exemplo o menor número de eleitores de estratos mais pobres e nível de desenvolvimento econômico mais elevado –ressalvadas regiões de carência significativa, como o Pontal do Paranapanema, o Sudoeste Paulista, o Vale do Ribeira e as franjas periféricas das grandes metrópoles.

Neste sentido, é curioso notar como o cenário estadual se configura na chave inversa do nível nacional em termos partidários, com PT e PSDB buscando resguardar seus respectivos territórios e, paralelamente, alcançar a tão aguardada vitória no campo adversário.

Seja como for, em 2014 as urnas trarão novos elementos para esta disputa. Alguns aspectos diferentes parecem estar colocados no cenário, tais como: o retorno do PMDB (e com candidato competitivo, segundo as últimas pesquisas³²); a possível presença de um competidor de densidade no campo “conservador” (Gilberto Kassab, do PSD); um possível foco maior do PT nas eleições estaduais³³. Destaque-se, ainda, a queda relativa de votos do PSDB das eleições de 2010 em relação a 2006, bem como o crescimento constante do percentual de votos no PT em todo o Estado.

superará Adhemar de Barros (1901-1969) como o governador com maior tempo de exercício no cargo em pleitos democráticos. Fonte: Sítio “Paulística Eleitoral”.

³⁰ Ver LIMONGI & CORTEZ (2010).

³¹ Ver, SINGER (2012).

³² De acordo com pesquisa DataFolha (op. Cit.) de dezembro de 2013, o pré-dandidato do partido, Paulo Skaf, tem 19% das intenções de voto.

³³ Em ensaio recente, Marcos Nobre (2013) sugere uma reconfiguração recente das estratégias político-partidárias, com maior foco nas disputas estaduais. A hipótese – que vai de encontro à tese de Limongi & Cortez (op. Cit) – está por ser testada, mas dois fatos merecem ser considerados: o provável lançamento de candidaturas próprias pelo PT aos governos de Minas Gerais e Rio de Janeiro (em detrimento da aliança com o PMDB nas últimas eleições) e a definição da candidatura em São Paulo com significativa antecedência (lembre-se, em 2010, das idas e vindas do possível lançamento de Ciro Gomes ao cargo e do lançamento tardio da candidatura de Aloizio Mercadante). Por outro lado, destaque-se que, mesmo com tais adversidades, o candidato petista teve o melhor desempenho da história do partido no Estado – o que sugere os limites da estratégia partidária e padrões menos “pessoais” ou “organizativos” na distribuição de preferências.

Elaborar previsões, porém, foge completamente ao escopo deste trabalho. Resta, assim, aguardar os próximos capítulos oriundos das urnas e verificar quais “surpresas” os eleitores paulistas trarão aos analistas: a confirmação de um predomínio eleitoral já sem precedentes ou uma alternância de poder que não é observada há vinte anos.

Bibliografia

BENEVIDES, Maria Vitória. “O Velho PTB Paulista (Partido, Sindicato e Governo em São Paulo – 1945/1964)”. *Lua Nova*, n. 17, Junho de 1989.

BIZARRO NETO, Fernando Augusto; FREITAS, Vitor Eduardo Veras de Sandes. “Organização Faz Diferença? Estruturas Partidárias, Filiados e Votos em São Paulo nas Eleições de 2010”. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, vol. 2, n. 2, 2011.

CARDOSO, Fernando Henrique. Partidos e Deputados em São Paulo (o Voto e a Representação Política). In: _____; LAMOUNIER, Bolivar (org.). *Os Partidos e as Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

COSTA, Vicente da; FERRARI, Levi Bucalem. Uma Análise da Campanha. In: SADEK, Maria Tereza et alli. *Eleições – 1986*. São Paulo: Vértice / IDESP, 1989.

DATAFOLHA. *Intenção de voto para governador de São Paulo. Avaliações Geraldo Alckmin e Fernando Haddad*. Relatório de Pesquisa (mimeo). Disponível em (<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/12/02/intencao-de-voto-governador-sp-avaliacoes-alckmin-e-haddad.pdf>).

DAVIDIAN, Andreza. *A Evolução Eleitoral do PT em São Paulo*. Anais do III Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (FFLCH/USP), 2013.

FIGUEIREDO, Marcus. *A Decisão do Voto – Democracia e Racionalidade*. São Paulo: Editora Sumaré, 1991.

FOLHA DE SÃO PAULO. “O Homem Sai Bem da Crise, o Candidato nem Tanto”, 10 de Setembro de 1986, p. 1/5.

FOLHA DE SÃO PAULO. “De Olho em 2014, Alckmin Amplia Presença no Interior”, 29 de Abril de 2013, p. A4.

HUNTER, Wendy; POWER, Timothy J. Recompensando Lula – Poder Executivo, Política Social e as Eleições Brasileiras de 2006. In: MELO, Carlos Ranulfo; SÁEZ, Manuel Alcántara (org.). *A Democracia Brasileira – Balanços e Perspectivas para o Século 21*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

KINZO, Maria D'Alva G. *Gênese e Trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice / IDESP, 1988.

LAMOUNIER, Bolívar. O Voto em São Paulo – 1970-1978. In: _____ (org.) *Voto de Desconfiança*. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

LIMONGI, Fernando; CORTEZ, Rafael. “As Eleições de 2010 e o Quadro Partidário”. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 88, Dezembro de 2010.

LIMONGI, Fernando; MESQUITA, Lara. “Estratégia Partidária e Preferência dos Eleitores – As Eleições Municipais em São Paulo entre 1985 e 2004”. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 81, Julho de 2008.

MENEGHELLO, Rachel; BIZARRO NETO, Fernando. “Contexto e Competição na Política Paulista”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 55, n. 1, 2012.

MICHELS, Robert. *Sociologia do Partidos Políticos*. Brasília: UNB, 1982

NICOLAU, Jairo; PEIXOTO, Vitor. Uma Disputa em Três Tempos: Uma Análise das Bases Municipais das Eleições Presidenciais de 2006. XXXI Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 2007.

NOBRE, Marcos. “A Volta da Polarização?”. *Revista Piauí*, nº 86, Novembro de 2013.

PIERUCCI, Antonio Flávio; LIMA, Marcelo Coutinho de. “A Direita que Flutua – o Voto Conservador na Eleição de 1990 em São Paulo”. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 29, Março de 1991.

ROMA, Celso. “A Institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n. 49, Junho de 2002.

SADEK, Maria Tereza. A Interiorização do PMDB nas Eleições de 1986 em São Paulo. In: _____ et alli (org.). *Eleições – 1986*. São Paulo: Vértice / IDESP, 1989.

SEANWRIGHT, Jason; GERRING, John. “Case Selection Techniques in Case Study Research”. *Political Research Quarterly*, Vol. 61, n. 2, Junho de 2008.

SIMONI JR, Sergio. *Flutuação Eleitoral e Sistema Partidário: O Caso de São Paulo*. Dissertação de Mestrado (FFLCH/USP). São Paulo, 2012.

SIMÃO, Aziz. *O Voto Operário em São Paulo*. Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Sociologia, 1955.

SINGER, André. *Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 1999.

_____. *Os Sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2012.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo: Difel, 1973.

WEBER, Max. *Ciência e Política – Duas Vocações*. São Paulo: Cultrix: 2011.

WEFFORT, Francisco. “Raízes Sociais do Populismo em São Paulo”. *Revista Civilização Brasileira*, n. 2, 1964.

Sítios

Fundação SEADE – www.seade.sp.gov.br

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – www.ibge.gov.br

Investe SP – www.investe.sp.gov.br

Paulística eleitoral (TER-SP) – <http://www.tre-sp.jus.br/eleicoes/eleicoes-antteriores/sistema-paulistica>

Portal Veja – www.veja.abril.com.br

Portal da Legislação do Governo Federal – www.planalto.gov.br/legislacao

Tribunal Superior Eleitoral – www.tse.jus.br

ANEXO I

Resultados Gerais nas Eleições para Governador do Estado de São Paulo - 1982-2010

Eleições de 1982					
CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS VÁLIDOS (%)			
Andre Franco Montoro	PMDB	49,03%			
Reynaldo de Barros	PDS/PP	25,68%			
Janio Quadros	PTB	13,62%			
Luiz Inacio Lula da Silva	PT	10,77%			
Outros	-	0,89%			
Eleições de 1986					
CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS VÁLIDOS (%)			
Orestes Quercia	PMDB	40,78%			
Antonio Ermirio de Moraes	PTB	26,86%			
Paulo Maluf	PDS/PP	19,50%			
Eduardo Suplicy	PT	11,03%			
Outros	-	1,83%			
Eleições de 1990					
1º Turno			2º Turno		
CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS VÁLIDOS (%)	CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS VÁLIDOS (%)
Paulo Maluf	PDS/PP	43,50%	Luiz Antonio Fleury Filho	PMDB	51,77%
Luiz Antonio Fleury Filho	PMDB	28,17%	Paulo Maluf	PDS/PP	48,23%
Mario Covas	PSDB	15,19%			
Plinio de A. Sampaio	PT	12,12%			
Outros	-	1,01%			
Eleições de 1994					
1º Turno			2º Turno		
CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS VÁLIDOS (%)	CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS VÁLIDOS (%)
Mario Covas	PSDB	46,84%	Mario Covas	PSDB	56,12%
Francisco Rossi	PDT	22,23%	Francisco Rossi	PDT	43,88%
José Dirceu	PT	14,86%			
Barros Munhoz	PMDB	11,29%			
Luiz Antonio Medeiros	PP*	2,26%			
Outros	-	2,52%			
Eleições de 1998					
1º Turno			2º Turno		
CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS VÁLIDOS (%)	CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS VÁLIDOS (%)
Paulo Maluf	PDS/PP	32,21%	Mario Covas	PSDB	55,36%
Mario Covas	PSDB	22,95%	Paulo Maluf	PDS/PP	44,63%
Marta Suplicy	PT	22,50%			
Francisco Rossi	PDT	17,11%			
Orestes Quercia	PMDB	4,29%			
Outros	-	0,94%			
Eleições de 2002					
1º Turno			2º Turno		
CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS VÁLIDOS (%)	CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS VÁLIDOS (%)
Geraldo Alckmin	PSDB	38,28%	Geraldo Alckmin	PSDB	58,64%
José Genoio	PT	32,44%	José Genoio	PT	41,36%
Paulo Maluf	PDS/PP	21,37%			
Carlos Apolinário	PGT	3,59%			
Outros	-	4,31%			
Eleições de 2006					
1º Turno					
CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS VÁLIDOS (%)			
José Serra	PSDB	57,92%			
Aloizio Mercadante	PT	31,68%			
Orestes Quercia	PMDB	4,57%			
Plinio de A. Sampaio	PSOL	2,49%			
Carlos Apolinário	PDT	2,02%			
Outros	-	1,32%			
Eleições de 2010					
1º Turno					
CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS VÁLIDOS (%)			
Geraldo Alckmin	PSDB	50,63%			
Aloizio Mercadante	PT	35,23%			
Celso Russomano	PDS/PP	5,42%			
Paulo Skaff	PSB	4,56%			
Fabio Feldmann	PV	4,13%			
Outros	-	0,03%			

Fonte: TSE

ANEXO II

Descrição de Variáveis e Indicadores

Indicador	Descrição	Fonte
Taxa de Urbanização	Percentual da população urbana em relação à população total do município (1)	SEADE / IBGE
Taxa de Analfabetismo	Percentual de analfabetos em relação à população acima de 15 anos do município (2)	SEADE / IBGE
Taxa de Mortalidade. Infantil	Crianças mortas de 0 a 3 anos entre mil nascidos vivos no município	SEADE / IBGE
Percentual de Esgoto	Percentual de domicílios com esgoto sanitário em relação ao total de domicílios do município (2)	SEADE / IBGE

(1) Dados referentes aos anos de 1994, 1998, 2000 (para 2002) e 2010 (para 2006 e 2010)

(2) Dados referentes aos anos de 1991 (para 1994), 2000 (para 1998 e 2002) e 2010 (para 2006 e 2010)